



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13651 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT16 - Educação e Comunicação

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Gilse Fernanda Cavalheiro de Mattos - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Simone Valdete dos Santos - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

RESUMO

O presente trabalho versa sobre os desdobramentos das políticas públicas de investimento em tecnologia na Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul durante a pandemia de Covid-19. Considerando o momento de fragilidade do pacto federalista, os agentes envolvidos nas tomadas de decisões. Buscando analisar os contratos pactuados pelo governo do estado e também os dados produzidos.

Palavras chave: ensino remoto, políticas educacionais, TDIC

Introdução

Em janeiro de 2020, o mundo foi surpreendido com uma doença viral altamente transmissível, que fora denominada de-CoV-2 ou, como popularmente ficou conhecida, Covid-19.

Na medida em que foi se alastrando a pandemia da Covid-19 no Brasil, a crise federativa também aumentou, uma vez que o presidente, na figura do executivo, não traçou ações compartilhadas nem liderou o enfrentamento à pandemia, além de se referir a ela como uma “gripezinha”. Tal discurso, traduzido também em ações práticas do Governo Federal durante a pandemia, determinou que cada estado da federação protagonizasse políticas próprias.

A Constituição Cidadã de 1988, no seu artigo 1º, versa que o Brasil constitui-se enquanto uma República Federativa, ou seja, a federação adotou um regime com separação tributária, fiscal e delegou competências específicas aos Estados e à União. Desde meados dos anos 70, esse regime, baseado na centralização decisória já demonstrava esgotamento, e a sociedade civil buscava soluções opostas ao modelo vigente (ARRETCHE, 2004). Esta gestão, com tamanha influência de peças que outrora agiram durante o regime da ditadura civil militar, restou por gerar a crise federativa que marcou a gestão de Bolsonaro.

As políticas de financiamento na educação acompanham o espectro político partidário dos gestores das esferas estatais, e desta forma é válido analisarmos possíveis tensões associadas ao pacto federativo, na consideração do papel da União em coordenar e articular as políticas públicas, no foco do referido estudo, as políticas educacionais de fomento à inclusão digital

A política e as políticas públicas são entidades diferentes, porém se influenciam de maneira recíproca (PERGHER; FARENZENA, 2017). O processo de elaboração de uma política pública, também conhecido como o ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), contribui para a vida da política pública (SECCHI, 2010).

A centralidade da presente pesquisa compõe a análise dos desdobramentos da política de investimento do Estado do Rio Grande do Sul (RS) durante a pandemia do Covid-19 no âmbito da Educação.

O presente trabalho analisa a série de ações, elaboradas e definidas pela gestão estadual do Rio Grande do Sul, para aquisições de equipamentos e programas, cujo fim principal consistiu promover a viabilidade das aulas da rede estadual, de modo remoto, durante a pandemia da Covid-19.

A pesquisa sobre a formulação e execução de políticas educacionais para a provisão de recursos para o ensino remoto, no contexto da pandemia do COVID 19, é determinada pela compreensão das relações de desigualdade digital que existem nas escolas.

A escola, apesar de ter incorporado uma nova configuração por conseguinte digital, ainda se trata de uma instituição social responsável por produzir e reproduzir capital cultural e *habitus* (BOURDIEU, 1966).

Na consideração de tais aspectos, formulamos o problema da presente pesquisa: como se constituem as políticas estaduais de Educação para promoção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no contexto da pandemia da Covid-19?

Objetivo geral da pesquisa

Analisar como as políticas de investimento na Educação pública do RS se articulam com estratégias neoliberais da presença da TDIC nas escolas da rede pública estadual no contexto da pandemia da Covid-19.

Objetivos específicos

- Descrever as políticas de investimento na educação pública do RS durante a

pandemia da Covid-19, na consideração das justificativas pedagógicas para as aquisições realizadas no período;

- Examinar o conjunto de aquisições de *Chromebooks* para todos professores da rede de ensino pública estadual e a contratação das plataformas: *Google Classroom*, Webinar de Letramento Digital, Elefante Letrado, Árvore Livros; compradas e contratadas enquanto política de governo no período de 2019-2022, a partir de análise dos dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC);
- Elaborar um inventário de documentos baseados no acervo da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS) a respeito dos contratos celebrados durante a pandemia da Covid-19;
- Identificar se ocorreu expansão no uso das TDICs durante a pandemia da Covid-19 pelo Estado do RS.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa está organizada conforme a abordagem cognitiva de análise de políticas públicas, conforme MULLER (2010) pressupõe na compreensão do referencial o qual está circunscrita a mesma, o território correspondente e sob a ação de sujeitos mediadores de formulação, execução das políticas.

Como primeiro movimento da pesquisa foi realizado um mapeamento de todos os contratos celebrados entre a SEDUC-RS e entes privados, durante a pandemia, principalmente contratos envolvendo itens tecnológicos (sejam eles hardwares ou softwares).

Quadro 1 - Itens comprados no período 2019-2022

COMPRAS ITENS DE TECNOLOGIA PARA EDUCAÇÃO				
DATA	CONTRATOS	ITENS	QUANTIDADE	VALOR
nov/20	234/2020	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	10.000	16.728.300,00
dez/20	266/2020	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	30.000	50.184.900,00
nov/20	135/2020	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	10.000	16.728.300,00
dez/20	235/2020	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	10.000	16.728.300,00
mar/21	0523/2020	SERVIÇO DE PLATAFORMA DIGITAL** LEITURA COM LICENÇA DE USO BIBLIOTECA DIGITAL	570.688	R\$ 1.997.408,00
mar/21	0272/2020	SERVIÇO DE PLATAFORMA DIGITAL** ACERTVO DE LITERATURA INFANTIL	218.179	R\$ 685.082,06
nov/21	334/2021	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	24.910	R\$ 45.798.380,50
jun/22	295/2022	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	13.033	R\$ 23.961.822,15
fev/22	070/2022	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL	65.090	R\$ 119.671.219,50
ago/22	070/2022	NOTEBOOK-CHROMEBOOK CLAMSHELL*	16.272	R\$ 29.916.855,60

Fonte: Diário Oficial do Rio Grande do Sul, formulado pelas autoras

Serão realizadas entrevistas semi estruturadas com técnicos da SEDUC, mediadores da política responsáveis pela elaboração e execução de licitações, com o devido cuidado ético e de preservação das informações recolhidas.

Resultados parciais

A pandemia do COVID 19 acelerou a presença da educação digital como ferramenta de ensino aprendizagem. Na pesquisa em andamento apresentada, com foco no Estado do RS, são identificados os contratos firmados no contexto de um Estado com influências neoliberais e fragilização do pacto federativo, diante da

ausência de ações compartilhadas pelo governo federal.

O levantamento realizado dos contratos firmados mediante análise da súmula do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, datada entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2022 conclui que o quantitativo total de chromebooks, pactuados pelo estado do RS é de 179.305 notebooks, cuja ação inicial foi pensada para professores, e posteriormente para estudantes. Deste total, foram destinados 87.227 unidades, até agosto de 2022, para especificamente o quadro de escolas estaduais.

Durante a pandemia, houveram 3 fases de compras de chromebooks, a primeira foi destinada para os professores da rede estadual de ensino, a segunda às escolas com mais alunos pertencentes ao Cadastro Único de Baixa Renda (CAD) e a terceira para as escolas com maior número de alunos matriculados.

O inventário dos itens licitados, proverá um entendimento das plataformas mais utilizadas pelos professores, durante o período pandêmico e sua continuidade até o ano de 2022.

O entendimento do referencial da referida política educacional, considerando a análise cognitiva das políticas, está em fase de aprofundamento, intencionando compreender os interesses das empresas, ou seja, do mercado provedor dos recursos de inclusão digital e a presença destes nas escolas no contexto da pandemia.

Identificamos a ausência de justificativas pedagógicas na documentação vinculada às licitações dos itens, do porquê dessas aquisições, entretanto ainda restam pontos a serem analisados, tais como a lei 14.533/23, que altera a Lei 9394/96 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional, institucionalizando o direito a educação digital e suas repercursões e também os dados produzidos pela própria SEDUC RS.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. Revista São Paulo em Perspectiva, 18(2): 17-26, 2004.

BRASIL. **LEI Nº 14.533**, DE 11 DE JANEIRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 2007.

BOURDIEU, Pierre. a. **"A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura"**. In: Estudos de Educação, Petrópolis: Vages, 2003, p.41-64.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal

FARENZENA; BENTANCUR; KRAVETZ, 2013. **Estudo comparado de políticas públicas educacionais nacionais da Argentina, Brasil e Uruguai (2001–2014)** Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), edital universal 20

LAVAL, Christian, **A Escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público, Londrina: Editora Planta, 2003.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LOTTA, G., PAVEZ T. **Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais**. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, v. 15, n. 26, p. 109-125, 2010.

Pergher, C. J., Farenzena, N. (2017). **Análise de política como metodologia em estudo do transporte escolar rural**. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação*, 33(2), 449–466. <https://doi.org/10.21573/vol33n22017.59149>.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Niterói: EDUFF, 2018.